

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ALTAIRO GONÇALVES COELHO**

**BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo**

**ALTAIRO GONÇALVES COELHO**

**BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade de Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Especialista Clodoaldo de Oliveira Freitas

Cacoal  
2009

# **BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**Por**

**ALTAIRO GONÇALVES COELHO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade de Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

---

Presidente

Prof. Esp. Clodoaldo de Oliveira Freitas – Orientador /UNIR

---

Membro

Prof<sup>a</sup>. Ms Suzenir Aguiar da Silva Sato – UNIR

---

Membro

Prof<sup>a</sup>. Ms Nilza Duarte Aleixo – UNIR

Cacoal  
2009

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais pelas preocupações que passaram por minha causa, por terem dedicado parte de suas vidas a mim, pelo amor, carinho, incentivo e apoio que me ofereceram. E a todos que acreditaram no meu sucesso, dedico-lhes esta conquista com gratidão.

## **AGRADECIMENTO**

A DEUS por sempre iluminar o meu caminho com as tuas palavras e ser a luz do meu caminhar;

A meus pais por terem acreditado e me apoiado nas minhas decisões;

A minha querida e amada esposa - por ser compreensiva e entender as minhas ausências.

Aos professores da UNIR *Campus* de Cacoal/RO que foram os grandes responsáveis pelos conhecimentos adquiridos.

Aos colegas de turma pelo companheirismo e amizades conquistadas.

## BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Altair Gonçalves Coelho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho faz uma análise quanto a importância da elaboração e divulgação de uma das vertentes do Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. A qual evidencia informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos e conforme a Lei de nº. 11638 de 28 de dezembro de 2007, que torna obrigatória para as empresas de capital aberto. Contempla o conceito e a evolução do balanço social que não é obrigatório a sua elaboração e publicação, mas nos últimos anos vem ganhando força e evidencição juntamente com a DVA, que buscam demonstrar a responsabilidade social e garantir a satisfação dos usuários, como os empregados, os investidores, clientes, fornecedores, governo e a população no geral. Assim também é crescente o número de empresas que divulgam a DVA, que demonstra a fatia na distribuição de riquezas da empresa, podendo ser analisado e comparado a sua evolução e com quem fica a maior parte. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e artigos científicos. Conclui-se que a DVA é uma demonstração contábil que faz parte do balanço social, tendo força própria, pois contém informações que sozinhas são conclusivas e úteis.

**Palavras-chave:** Obrigatória. Demonstração do Valor Adicionado. Balanço Social.

## INTRODUÇÃO

É por meio das demonstrações contábeis ditas tradicionais, como: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) e Notas Explicativas, que as necessidades da maioria dos usuários da contabilidade, vêm sendo atendidas, sejam eles sócios ou acionistas, fornecedores e financiadores, governo, administradores e empregados.

Esses últimos, entretanto, nunca obtiveram, por meio das demonstrações contábeis citadas, informações sobre suas próprias condições de trabalho, como higiene, segurança e salubridade, e sobre o peso de sua remuneração e respectivos encargos sociais, dentro do universo de agentes econômicos que colaboram para que a empresa atinja seu objetivo de gerar riqueza.

---

<sup>1</sup>Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Cacoal. Orientado pelo Professor Especialista Clodoaldo de Oliveira Freitas.

Desse modo, a contabilidade tem um papel fundamental, destacando-se no cenário mundial com a divulgação de informações incorporadas a elementos de transparência e responsabilidade social das empresas, demonstrando o retorno à sociedade, por meio do balanço social, junto com a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Fazendo uso do balanço social as empresas utilizam-no como instrumento de gestão estratégica e de prestação de contas, demonstrando desempenho social dos aspectos internos e as relações com a sociedade, mas que ainda não existe legislação que obriga a elaboração e divulgação deste demonstrativo. Contudo existem organizações que utilizam esta ferramenta demonstrando seu compromisso com o meio ambiente, clientes, funcionários e a sociedade como um todo.

Dentre as vertentes do Balanço Social, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que produz informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos e conforme a Lei de nº. 11638 de 28 de dezembro de 2007 é obrigatória para as empresas de capital aberto.

Diante disso, este trabalho tem com objetivo evidenciar a importância da obrigação da elaboração e divulgação da DVA das empresas supracitadas, a contribuição que proporciona para a contabilidade, para a entidade e aos seus agentes econômicos. Ainda, apresentar o balanço social, a sua evolução e a discussão quanto a sua regulamentação. Também explicar sobre a Demonstração do Valor Agregado, assim contribuir para o debate destes assuntos, sendo que estes relatórios demonstram a utilização dos recursos e os retornos que as entidades oferecem em relação aos funcionários, clientes, meio ambiente e a sociedade em geral, contribuindo para a ampliação da consciência coletiva dos cidadãos sobre o seu papel na melhoria da qualidade de vida.

Por isso, com uma sociedade que exige resultados devido as constantes transformações com avanço das informações e de novas tecnologias, e com estas mudanças os cidadãos buscam cada dia mais participar das ações políticas, econômicas e principalmente sociais, portanto começa a entender com mais precisão a responsabilidade das organizações, exigindo destas a prestação de contas por meio de instrumentos de divulgação das atividades desenvolvidas que

demonstre o retorno à sociedade, com isso o gestor das empresas sente a necessidade de transparência controle e divulgação das ações praticadas.

Para isso, realizou-se revisão da literatura em livros, revistas, artigos e *sites*, destacando as opiniões dos diversos autores quanto à utilização do balanço social com instrumento de transparência e prestação de contas a sociedade, bem como uma de suas vertentes a DVA, sendo um importante demonstrativo de desempenho das empresas.

O tema conforme o objetivo proposto neste trabalho pode ser classificado como descritivo com pesquisa bibliográfica utilizando livros e artigos científicos, pertinentes ao assunto (JUNKES; SANTOS, 2008, p. 26). Para as conclusões do assunto fará uso dos métodos comparativo e indutivo, no escopo de confrontar as informações e opiniões, chegando às próprias conclusões.

## **1. REVISÃO DE LITERATURA**

### **1.1 Evolução do Balanço Social**

Com a globalização as empresas procuram se destacar perante a sociedade para obterem mais clientes e evidenciação de seus produtos. Diante de tantas guerras, injustiças, da falta de valorização do ser humano e da destruição do meio ambiente, surgiu o Balanço Social. O qual permitir visualizar as atividades sociais desenvolvidas pela empresa, desde a evolução dos empregos e os treinamentos até a proteção ao meio ambiente, a preservação de bens culturais e a utilização dos lucros da empresa, dando condições para que a comunidade possa identificar aquela empresa que causa danos sociais ou não, agregando valor à sociedade. Assim, a contabilidade vem acompanhado essas mudanças no auxílio a esse processo.

Iudícibus (2006. p. 21) afirma que:

“O estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distinta: ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário”.



A segunda abordagem é a mais desejável, pois um cadastro de informações para atender às necessidades diversificadas dos variados tipos de usuários retira da contabilidade o gesso pelas demonstrações tradicionais. Portanto a obrigatoriedade das empresas de capital aberto de elaborar DVA, é um avanço das informações econômicas e sociais, tendo uma evolução o balanço social que torna obrigatória para estas entidades, uma de suas principais vertentes.

A sociedade vem sendo atingida pela convivência não pacífica frente à violência do mundo contemporâneo, em parte, resultante dos desajustes socioeconômicos. Realidade esta que se apresenta incompatível com o progresso humano e o desenvolvimento a que chegaram à ciência e a tecnologia no século XXI. Segundo Azevedo e Cruz (2006, p. 15) sempre se aceitaram a maximização dos lucros da empresa, em contra partida, que se maximiza a sua contribuição para a sociedade, garantindo a responsabilidade social com resultados de desempenho da sociedade.

A sociedade em seus diversos segmentos pressiona as empresas a atuarem valorizando o compromisso com as questões sociais. Assim, há necessidade das empresas tornarem-se cidadãs, resgatando princípios éticos e morais e os enfocam com caráter de natureza estratégica e que as motivam a elaborar e publicarem seus Balanços Sociais como forma de medir o exercício da responsabilidade de seus negócios (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 5).

Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor de ações sociais por parte de empresas. Contudo, segundo Torres Junior e Silva (2008, p. 37) foi somente a partir da década de 1960, nos Estados Unidos da América com a Guerra do Vietnã, durante o governo Nixon, que resultou em grande insatisfação popular, com manifestações e reprovações do tal litígio.

No início da década de 1970, na Europa – particularmente na França, Alemanha e Inglaterra – que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação de relatórios e balanços sociais anuais. A companhia alemã Steag foi a primeira empresa, em 1971, a produzir uma espécie de relatório sobre suas atividades sociais (TINOCO, 2006, p. 27).

O que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, no seu sentido pleno, aconteceu na França em 1972: a empresa Singer fez o, assim chamado, primeiro Balanço Social da história das empresas. Neste país,

várias experiências consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática por parte das empresas no âmbito social, sendo esta prática em 1977 regulamentado por lei (*Lei nº 77.769 du 12 juillet 1977 relative au bilan social de l'entreprise*) com uma visão restrita aos recursos humanos, sendo posta em prática em 1979, a lei tornava obrigatória a realização de balanços sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários, número que posteriormente baixou para 300 (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 5).

Em Portugal, pode-se dizer, que o desenvolvimento do conceito de balanço social, inicialmente proposto para a iniciativa privada, onde empresas com pelo menos 100 funcionários no ano civil devem elaborá-lo, evoluiu e, atualmente, este demonstrativo também é elaborado pelo setor público, cuja norma legal, o Decreto-Lei de número 190/96, de 9 de outubro de 1996, determina sua obrigatoriedade a todos os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, que no ano civil empreguem no mínimo 50 trabalhadores, independente da forma jurídica estabelecida na relação de emprego e renda (AZEVEDO e CRUZ, 2006, p. 17).

Espalhado na Europa, o balanço social entrou em discussão com proposições de solidariedade econômica em favor de países que se voltasse para o desenvolvimento humano e a defesa do meio ambiente, juntamente com o interesse comercial e tecnológico. Os países que detêm um desenvolvimento maior sobre Balanço Social apresentam-se de formas e enfoques bem diferenciado, conforme citado por De Luca (1998) e identificado no quadro 1.

**Quadro 1: Enfoque de apresentação do Balanço Social**

Estados Unidos	Ênfase para os consumidores / clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle de poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque para as condições de trabalho e aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Enfoque para informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Fonte: De Luca (1998, p. 28)

Um movimento de grupos de dirigentes empresariais cristãos de diversos países, baseando na Encíclica papal *Mater et magister*, publicada em 1961, pelo Concílio Vaticano II, que propunha que as empresas apresentem um relatório social, deu-se a origem à organização da sociedade norte-americana contra a Guerra do Vietnã, que incentivava o boicote aos produtos e às ações das companhias que contribuíam para a guerra. A reação das empresas atingidas foi divulgar todas as suas atividades sociais, em especial suas interações com a sociedade. Segundo Ribeiro (2006, p. 10) “foi por meio desses grupos que a idéia do Balanço Social chegou ao Brasil”.

## **1.2 Balanço Social no Brasil**

No Brasil, segundo Ribeiro (2006) o Balanço Social foi tema de discussão pela primeira vez em 1974 quando a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE criou o “Decálogo do Empresário Cristão”, cujos princípios prevêm que a empresa tenha uma função social. Em 1977 esta mesma entidade organizou seu 2º Encontro Nacional, e discutiram um modelo de Balanço Social.

Estudos estes que não surtiram efeitos práticos imediatos, pois apenas sete anos depois foi elaborado e publicado o primeiro Balanço Social de uma empresa no Brasil, o demonstrativo da empresa Nitrofertil S.A, em 1984. Este modelo foi utilizado em 1986 pelo Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC. Em 1991 a empresa Telebrás publica a primeira Demonstração do Valor Adicionado, em 1992 a extinta Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC e o Banespa também publicam suas primeiras Demonstrações do Valor Adicionado. Em 1993 a Febraban elabora a primeira Demonstração do Valor Adicionado do setor bancário (RIBEIRO, 2006, p. 11).

O balanço social ganhou força pela iniciativa na década de 1980 do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pelo seu presidente, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), de criar um movimento de transparência de organizações públicas e privadas. Em 1997, Betinho lançou uma campanha estimulando a publicação dos balanços sociais propondo um modelo de balanço social, o chamado Modelo IBASE, e assim abriu uma discussão mais ampla com empresários mais progressistas sobre o tema (IBASE, 2009). Isto catalisou a

publicação de balanços sociais por diversas empresas. O modelo foi aperfeiçoado algumas vezes e hoje serve como um referencial no Brasil e no exterior.

No Brasil há falta de legislação sobre o Balanço Social, tendo uma carência no âmbito federal, que houve apenas Projetos de Lei, em termos estaduais apenas no Rio Grande do Sul e nos municípios existindo Leis apenas em Porto Alegre – RS, em Santo André e São Paulo, em João Pessoa – PB e em Uberlândia – MG (REIS E MEDEIROS, 2007, p. 23).

EM 1997, as ex-deputadas federais PT, Marta Suplicy (SP), Sandra Sterling (MG) e Maria Tavares (RJ), apresentaram o projeto de lei nº. 3116/97 que obrigaria as empresas a apresentarem o Balanço Social, conforme abaixo no quadro 2.

### **Quadro 2: Principais indicadores sociais internos**

I - A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;
II - Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antiguidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;
III - Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;
IV - Valor dos tributos pagos, especificando cada item;
V - Alimentação do trabalhador;
VI – Gastos com educação continuada;
VII - Saúde dos empregados;
VIII – Investimentos em segurança no trabalho;
IX - Outros benefícios;
X - Previdência privada e planos especiais de aposentadoria;

Fonte: Projeto de Lei nº 3116/97, artigo 3º.

O referido projeto foi arquivado, em função do encerramento do mandato de suas autoras, antes de sua passagem pelas comissões de trabalho pertinentes, no congresso nacional. Outros projetos de lei foram elaborados antes e depois do projeto supracitado, mas não saíram do papel.

O balanço social é instrumento de transparência das ações praticadas pelas entidades que visa demonstrar as informações que atendam as necessidades de

seus usuários, mas que ainda não é obrigatório. Exceto para as empresas do setor Elétrico, que segundo Ribeiro (2006, p. 14) a partir de 2003 a Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL –tornou-se obrigatória à publicação do balanço social para as empresas do setor. Também as empresas de capital aberto que conforme Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, inclui o inciso V no Art. 176 da Lei nº. 6404 de 15 de dezembro de 1976 – lei das sociedades anônimas, tornando estas obrigadas a realizar a Demonstração do Valor Agregado- DVA.

## **2. BALANÇO SOCIAL**

### **2.1 Conceito**

As empresas que se propõem realizar o balanço social tendem alcançar a satisfação dos usuários na divulgação de suas atividades, pois este demonstrativo revela as condições, os investimentos e a geração e distribuição de riquezas que a empresa oferece aos seus clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, governo e a sociedade em geral.

Segundo Reis e Medeiros (2007, p. 23) definem que:

O balanço social é um instrumento que reúne um conjunto de informações sobre as atividades de caráter social e não obrigatórias que uma empresa realiza com o objetivo de gerar maior bem-estar junto a todas as partes interessadas – funcionários , comunidade, parceiros e outras – e à sociedade como um todo.

Para uma compreensão do que seja o balanço social, tem que entender a seguinte questão. “Que informações os trabalhadores e os parceiros nos negócios das organizações, como usuários da informação contábil e social e como partes integrantes da capacidade produtiva das empresas gostariam de receber?” (TINOCO, 2006, p. 28).

A realização do balanço social não é obrigatório, mas as empresas que o fazem demonstram uma parte de responsabilidade social, tendo assim, segundo Tinoco (2006, p. 59) um instrumento de gestão e de informações econômicas e sociais do desempenho das entidades dos diferentes usuários da informação, evidenciado de forma transparente, complementa Kroetz (2009, p. 13):

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as relações entidade/ambiente e outros, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias.

A contabilidade está em constante avanço, e vem inserindo novos relatórios no contexto de informar os seus usuários, cabendo as empresas inovadoras mudarem suas visões para adequarem ao mercado. Entretanto é necessário ter a compreensão para quem devem ser divulgadas tais informações, que segundo Hendriksen e Van Breda (2007, p. 511) “é reconhecido que se deve divulgar informação a funcionários, clientes, órgãos do governo e ao público em geral”.

Os usuários dos relatórios das empresas, na atualidade não exigem apenas preço e qualidade, mas também o compromisso na questão social, assim o balanço social é uma ferramenta que vem de encontro a esse interesse.

A elaboração e publicação do balanço social, diante da nova visão estratégicas das empresas em prestar contas aos seus usuários, por meio desta ferramenta que vem ganhando força a sua utilização, por isso segundo Ferreira *et al.* (2008, p. 12) “esta prestação de contas se enquadraria como um produto fruto da consciência empresarial ou se trataria de um mero instrumento de marketing”.

A falta de normatização e padronização de publicação do Balanço Social possibilita que as empresas decidem o que divulgar, que nem sempre é a realidade, podendo ser um desvio de objetivo da proposta da divulgação do Balanço Social (CALIXTO, 2005, p. 23).

A necessidade de haver lei ou normas de como, e o que publicar no balanço social, evidenciando as ações sociais das empresas de modo que se possa haver homogeneidade, continuidade das prestações de contas e atender as necessidades dos usuários. Consoante a este argumento Oliveira (2005, p. 16) recomenda:

Para melhorar o papel do balanço social como ferramenta de construção da responsabilidade social de empresas, antes que esta ferramenta perca credibilidade devido à forma sem critérios como vem sendo publicada por muitas empresas. [...] O resultado seria a criação de uma série de diretrizes ou uma norma técnica voluntária para a publicação dos balanços, mas sem força de lei para que possa se mudar mais facilmente estas diretrizes com o tempo e circunstâncias à medida que a atividade de publicação de balanços sociais se torne mais madura.

O Balanço Social é um instrumento de transparência na prestação de contas das empresas, por isso tende ser observado e fiscalizado por meio da sociedade ou existência de normas para sua elaboração, garantindo a transparência do que esta sendo divulgado.

Os efeitos da globalização pesam sobre as empresas ao mesmo tempo em que as impulsionam para a transformação, assim os relatórios sociais são novas ferramentas estratégicas que podem e devem ser utilizadas na gestão e na tomada de decisão das empresas, revelando suas informações econômicas financeiras e sociais. A responsabilidade social é conceituada por Zarpelon (2006, p. 15):

É a responsabilidade assumida diante da sociedade, em relação à geração de empregos, a pagamento de salários dignos, à arrecadação correta da carga tributária, ao aumento da qualidade de vida, à assimilação e transferência de tecnologia, ou a qualquer outro fator que possa agregar benefício para a gestão e para a sociedade.

A responsabilidade social tem que ser entendido por todos os integrantes da empresa e ser demonstrada em todas as suas atitudes, como nos produtos; nas relações com fornecedores, trabalhadores, clientes e outras empresas; na geração e distribuição de utilidades. A seguir no quadro 3, uma sugestão de classificação da responsabilidade social de uma empresa, conforme Gomes (1998):

**Quadro 3 – Responsabilidade Sociais da Empresa**

RESPONSABILIDADES SOCIAIS DA EMPRESA	
INTERNAS	EXTERNAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de riquezas;</li> <li>• Oferecer produtos úteis à sociedade;</li> <li>• Contribuir para o desenvolvimento dos seus participantes;</li> <li>• Assegurar a continuidade da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação com a degradação do meio ambiente;</li> <li>• Diminuição dos postos de trabalho;</li> <li>• Problemas relacionados com salubridade;</li> <li>• Falta de meios para difusão e formação cultural;</li> <li>• Inexistência de legislação ambiental e o seu descumprimento.</li> </ul>

Fonte: Gomes (1998, p. 15).

As empresas têm dever de demonstrar a responsabilidade social, geralmente usam os recursos da sociedade, por isso deve divulgar as suas ações, revelando suas informações econômicas financeiras e sociais.

Neste sentido tem havido mudança no meio empresarial, mas que ainda deixa a desejar, tendo a necessidade que as empresas tenham responsabilidade

social onde estão inseridas, e que segundo Ribeiro (2006, p. 13) independente da obrigatoriedade, as empresas precisam incluir entre suas metas a satisfação da sociedade, isso por uma questão de responsabilidade social.

O compromisso assumido perante a sociedade faz com que as organizações tenham a necessidade de prestação de contas. Por meio desta ferramenta apresentada é um modo de alcançar este objetivo, como relata Tinoco (2006, p. 37) que “a elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constitui-se no melhor exemplo de *Accountability*”. Sendo segundo Tinoco e Kraemer (2006, p. 91) a “*Accountability* representa obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais”.

Com a elaboração e divulgação do balanço social as empresas prestam contas, além da transparência da aplicação dos recursos obtém uma ferramenta gestão para tomada de decisões, evidenciando suas ações com responsabilidade social, que conforme Tinoco (2006, p. 116) conceitua que responsabilidade social:

Pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidade que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública. Ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica. Advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade.

A responsabilidade social de uma empresa pode ser evidenciada por meio do balanço social, demonstrando a transparência para acionistas, atentos consumidores, investidores, governo e os cidadãos em geral, o que a empresa esta fazendo na área social. As empresas que tem responsabilidade têm interesse e obrigação de revelar sua contribuição social, garantido o desenvolvimento da sociedade por meio de suas ações sociais, não apenas obrigações legais.

## **2.2 Obrigatoriedade**

Para Ribeiro (2006, p. 13) “o aspecto mais polêmico do Balanço Social é a obrigatoriedade: enquanto alguns entendem que é necessário impor sua publicação, outros acreditam que ela deveria ser deixada à escolha das empresas”.



O balanço social é uma ferramenta fundamental para as empresas que tem compromisso com a sociedade, na demonstração de informações dos recursos utilizados e que faz parte da contabilidade. Segundo Tinoco e Kraemer (2006, p. 94) afirmam que “é a missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade”.

Diante disso, o relato de Oliveira (2005, p. 15) que apesar dos grandes esforços das empresas em divulgar seu balanço social, devido não estar estabelecido o modo da apresentação das informações, não se sabe, que o Balanço Social atende o fim ao que foi criado, ou seja, gerar um ambiente de transparência e confiança junto aos seus diversos usuários. Há apenas argumentos sobre o que se deve divulgar e ainda quanto à forma de elaboração e publicação do balanço social das empresas.

A contabilidade tem a função de prestar informações aos seus usuários, para permitir avaliar e comparar a evolução dos dados fornecidos e ajudar na tomada de decisões, isto é possível quando se tem uma ferramenta consistente na divulgação de informações, que admita esta avaliação, portanto no balanço social há necessidade de um modelo único para comparação.

Para Torres Junior e Silva (2008, p. 42) há a necessidade de uma proposta de um modelo único de balanço social e se torne obrigatório a sua publicação pelas empresas, para que seja possível aos seus usuários verificar as informações e poder comparar os demonstrativos dos variados setores, com isso a contabilidade cumpri o seu papel.

Para Torres, sociólogo e coordenador do projeto Balanço Social do IBase, afirma que “é necessário um modelo único - simples e objetivo. Este modelo vai servir para avaliar o próprio desempenho da empresa na área social ao longo dos anos, e também para comparar uma empresa com outra” (TORRES, 2008, p. 1). Consoante a esta argumentação Azevedo e Cruz (2006, p. 19) afirmam:

Acredita-se que, assim que houver padronização. Credibilidade e consistência das informações do Balanço Social, haverá a consolidação de uma base de sustentação da empresa, baseada no equilíbrio entre questões de desempenho econômico e social.

A ideia de regulamentação do balanço social no Brasil não é recente e permanecem as tentativas de instituição da lei, mas sem uma definição concreta.

Assim as empresas que fazem uso desta ferramenta de divulgação de responsabilidade social e gestão social mesmo não sendo obrigadas, oferecem um relatório social de suas ações aos interessados, como investidores, clientes, governo, empregados, fornecedores e a população em geral.

Contudo há opinião contrária à regulamentação do Balanço Social, “onde tornar obrigatória a publicação das ações sociais das organizações afronta o princípio fundamental do espírito liberal que regula as relações sociais” (PEROTTONI, *apud* FERREIRA *et al.*, 2008, p. 6). Obrigar as empresas a tornar públicas suas ações, traduz a ideia que cumpriram apenas porque é lei, e não por terem necessidade de prestar contas e responsabilidade social perante a sociedade e demais usuários das informações.

Para Villas (1998, p. 41) o primeiro passo é tornar obrigatória a publicação do Balanço Patrimonial, com a opinião de auditores independentes, por um determinado universo de empresas, visto que apenas algumas empresas estão obrigadas, e posteriormente determinar quais informações que deverão constar no balanço social.

## **2.3 Vertentes**

O balanço social, no qual demonstra a contribuição da empresa no meio onde está inserida, e segundo Tinoco (2006, p. 43) possui quatro vertentes: O balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração de valor adicionado, e benefícios e contribuições à sociedade em geral.

O balanço ambiental visa informar o que a empresa está investindo no meio ambiente em preservação e proteção dos recursos naturais, melhorando e aperfeiçoando seus processos produtivos, a fim de reduzir as agressões ambientais. O balanço dos recursos humanos tem a finalidade de mostrar quem são seus colaboradores, seus salários e benefícios concedidos. A Demonstração do Valor Agregado (DVA), sendo demonstrada a capacidade de geração e distribuição de riquezas. Na Quarta vertente do balanço social, são expostas as ações em benefício da sociedade em geral que a empresa oferece como, os casos de eventos culturais, implantação e/ou manutenção de hospitais e escolas, patrocínio de equipes esportivas (TINOCO, 2006). Estes são alguns dos benefícios proporcionados aos cidadãos pelas empresas, independente dos efeitos tributários que podem gerar.

Para Kroetz (2009, p. 16) existe uma interação indissociável entre a entidade e a sociedade e, esta interdependência provoca influências, intencionais ou não, para com ambas. Desse modo com a utilização do balanço social é evidente a importância da sobrevivência e prosperidade econômica das empresas, as quais assumem os riscos dos investimentos e contribuem para o desenvolvimento social da nação.

Dentre as vertentes do balanço social destaca-se a DVA, segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9) sua elaboração feita com dados já disponíveis na Contabilidade, serve para mensurar a riqueza gerada pelas atividades das empresas, bem como mostrar a forma de distribuição dessa riqueza entre os agentes econômicos que participaram de sua produção: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos.

Para Lima (2009, p. 1) nos últimos anos, a Demonstração do Valor Adicionado acabou tendo um aumento de vulto e importância, devido ter sido incluído no cálculo de excelência empresarial usada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAP) e também pelo entendimento das empresas do tipo de informação de que poderiam passar a dispor, além do apoio dado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que passou a incentivá-las a divulgarem de forma espontânea. E que agora tornou obrigada às empresas de capital aberto realizar a DVA, conforme estabelece a Lei nº.11638/07.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Conceitualmente, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9) “é uma das peças formadoras do Balanço Social, mas em muitos casos o que se vê é sua apresentação dissociada dele e em conjunto com as outras Demonstrações Contábeis usuais, ou ainda, como o próprio Balanço Social”. Consoante a esta argumentação Marion (2007, p. 486) afirma que “o principal item do Balanço Social é o valor adicionado”.

Para Santos (2005, p. 3):

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, importante componente do Balanço Social, tem como principais objetivos a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de distribuí-la. Essa demonstração não pode e não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício.

Como visto a DVA é parte do balanço social e sendo uma das mais importantes ferramentas de demonstração do valor econômico e social de uma empresa, pois demonstra a geração e distribuição da riqueza entre os que contribuíram para sua formação. A elaboração da DVA não tem por finalidade de substituir DRE, mas sim utilizar as informações desta para sua confecção, pois as mesmas têm funções diferentes.

Para Tinoco (2006, p. 68) a DRE “cuja função principal é informar como se forma o resultado líquido de determinado período, na DVA, o objetivo principal é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações”. Complementa Ribeiro (2006) a DVA evidencia a função social da empresa e sua contribuição na formação da riqueza global do país, o PIB, ao contrário da DRE, cuja ênfase recai sobre o interesse majoritário dos acionistas.

Por isso, o grande diferencial da DVA é a capacidade de evidenciar os destinatários da riqueza gerada, além dos acionistas. A DRE avalia apenas a parcela que se destina ao proprietário, sendo que os salários, juros, impostos etc. são tratados como despesas, entretanto representam reduções de lucro, já Demonstração do Valor Adicionado evidencia além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza produzida pela empresa.

Para Ribeiro (2006, p. 16):

A DVA objetiva evidenciar os benefícios proporcionados em prol da comunidade como um todo. Informando quanto a empresa adicionou, no período, aos recursos adquiridos de terceiros e como distribui esse **valor adicionado** entre a remuneração da mão-de-obra e do uso de capital de terceiros (juros e aluguéis), impostos pagos ao governo, remuneração do capital próprio (juros dividendos sobre ele e lucros retidos) [grifo do autor].

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) conforme De Luca (1998, p. 28) “é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

Dessa forma, torna-se possível uma melhor avaliação do conjunto de empresas formadoras de uma sociedade. Os Valores Adicionados por elas, calculados por meio da DVA, constituem-se numa parte significativa de toda a riqueza gerada por um país. É, também, por meio da DVA que se pode mostrar e avaliar como essa riqueza está sendo distribuída por meio dos impostos pagos ao

governo, lucros e dividendos aos acionistas, e ainda remunerações pagas aos trabalhadores.

Portanto diante das mudanças, com avanço das tecnologias a sociedade se torna sabedora de seus direitos, por isso exigem a transparência na prestação de contas das empresas, estas por sua vez têm a responsabilidade social de informá-los, assim as empresas assumem esta responsabilidade e sente a importância do cálculo e da divulgação do valor adicionado e de sua distribuição, mesmo não sendo obrigadas.

Contudo a empresas de capital aberto estão obrigadas a realizar a DVA conforme a Lei 11638 de 28 de dezembro 2007, que deu nova redação ao Art. 176 da Lei 6.404/76 – a Lei das Sociedades por Ações, que inclui o inciso V, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício;
- IV – demonstração dos fluxos de caixa;
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Com a obrigatoriedade da divulgação da DVA por parte das empresas de capital aberto e das que sentirem a necessidade de elaborarem este demonstrativo, torna se possível aos trabalhadores avaliarem a oscilação da riqueza que a empresa produziu, acompanhar a parcela que está sendo levada por eles e, assim, conscientemente, lutar por aumentos reais de salários e de incentivos, em virtude desse acréscimo na riqueza. Ainda verificar a parte que foi revestida na empresa, a distribuição para os acionistas, a parcela do governo, participação de terceiros e os juros sobre o capital próprio.

As empresas que elaborarem a DVA disponibilizaram um demonstrativo que os seus agentes econômicos terão para verificar a sua parte na distribuição das riquezas produzidas da empresa, ainda tendo como medir o desempenho de sua entidade, sendo que todas as organizações podem divulgar a DVA, é o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na Resolução de nº. 1162 de 27 de março de 2009 que alterou o item 3 da NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, que passa a ter a seguinte redação:

A entidade, sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. É recomendado, entretanto, a sua elaboração por todas as entidades que divulgam demonstrações contábeis.

Diante disso o CFC aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, por meio da Resolução nº.1138 de 21 de novembro de 2008, com objetivos de estabelecer critérios para elaboração e apresentação da DVA, e segundo a norma, representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período, sendo a distribuição minimamente detalhada, da seguinte forma:

- a) pessoal e encargos;
- b) impostos, taxas e contribuições;
- c) juros e aluguéis;
- d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

Ainda a norma apresenta três modelos para a apresentação da DVA, conforme os anexos A, B e C , sendo que às empresas em geral, como as entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I, enquanto que para atividades específicas, tais como atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias) e de seguros, devem ser utilizados os modelos específicos (II e III).

Diante desta norma as empresas tem o modelo de acordo com a sua atividade, assim os acionistas, empregados, governo, financiadores externos e a própria empresa podem comparar a evolução e também verificar a sua participação na formação e na distribuição da riqueza produzida na instituição.

A Demonstração do Valor Adicionado é elaborada em duas partes: na primeira geração do valor adicionado; na segunda a distribuição do valor adicionado, sendo que as informações extraídas da Contabilidade, em observância ao princípio contábil da competência de exercícios (TINOCO, 2006, p. 74).

Para preenchimento da DVA são utilizados as informações já contidas nos demonstrativos contábeis tradicionais dentro do exercício de competência contábil, sendo demonstrada na primeira parte a geração e na segunda a distribuição da

riqueza e que segundo a NBC T 3.7 o total da primeira parte – a geração de riquezas – tem que ser exatamente igual a segunda – a distribuição das riquezas.

Com a obrigação das empresas realizarem a DVA, se obtém informações com mais consistência e homogeneidade, sendo um avanço na contabilidade e dos relatórios sociais. E segundo Cosenza (2003, p. 22) se todas as atividades econômicas fossem obrigadas a realizar a DVA, o cálculo do PIB seria bem mais simples e exato.

Com a elaboração e publicação da DVA fica evidente a fatia que vai para o governo em forma de tributos, pois no Brasil é o item mais relevante na distribuição, sendo que na Alemanha o item Salário chega a 80%; já na França é o reinvestimento, depois de salários; e nos Estados Unidos uma das ênfases é dividendos. Com isso demonstra as tendências das empresas relacionadas com a política, cultura e legislação de cada País (MARION, 2007, p. 489).

A DVA contempla que o Brasil devido à alta carga tributária a maior fatia na distribuição das riquezas das empresas, fica para governo, por isso a importância da divulgação da DVA, sendo um relatório social, para a comunidade em geral e para os agentes econômicos, assim podem avaliar a geração e distribuição da riqueza das empresas onde estão inseridas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a globalização as empresas passaram a ter novas estratégias e a necessidade de prestação de contas à sociedade, mediante a este novo cenário surgiu o balanço social como uma de instrumento de transparência das ações das empresas na prestação de contas e importante ferramenta para auxiliar na gestão e tomada de decisões, contempla a Demonstração do Valor Agregado que é uma de suas vertentes que evidencia a geração e distribuição de riquezas aos que ajudaram produzi-la, como os empregados, acionistas, financiadores externos, governo e a própria empresa.

Há tempos vem a discussão quanto a regulamentação do balanço social, mas que até hoje não é obrigatório a sua elaboração e publicação, mesmo tendo importante função de informar dados qualitativos e quantitativos sociais e econômicos. Ficando a interesse das empresas em divulgar ou não este relatório social. Entretanto vem aumentando as empresas que o divulgam, juntamente com

esta evolução está a DVA, que deste o início vem sendo a peça mais utilizada no balanço social para demonstrar a responsabilidade e transparência das empresas perante a sociedade. Sendo assim a evolução do balanço social está ligado com a DVA.

Portanto com a obrigatoriedade das empresas de capital abertas por meio da Lei 11638/07 e conforme a NBC T 3.7, é um avanço, primeiro para a contabilidade que vem se adequando as normas internacionais, e segundo também para o balanço social, pois uma de suas vertentes se torna obrigatórias pelo menos por parte de algumas empresas, assim parte do balanço social se torna obrigatório. Ainda há empresas que divulgam a DVA por incentivo da CVM, por querer demonstrar a transparência da distribuição de sua riqueza, e também para facilitar inserção no mercado exterior.

Ano após ano mais empresas elaboram a Demonstração do Valor Adicionado, pela qual, consegue-se perceber como a riqueza criada foi distribuída aos agentes e quais deles ficaram com a maior parte dela, ainda mais agora que as empresas de capital aberto estão obrigadas a realizar a DVA, sendo um importante avanço para a contabilidade e para os seus usuários que contribuem para a formação das riquezas das empresas, e reflete o importante papel social e econômico que as empresas exercem nas diferentes regiões onde atuam, por isso é necessário que se adapte a demonstração às necessidades informativas dos usuários, sendo elaborada, por exemplo, de forma descentralizada, por Estados e regiões onde a empresa atua, ainda por tipo de clientes e produtos.

Diante da nova obrigação das empresas de capital aberto, o CFC divulgou normas e modelos de acordo com as atividades econômicas para facilitar a elaboração da DVA e assim permitir que as empresas tenham uma ferramenta que atendem um maior número de usuários ampliando o universo da contabilidade e de fácil interpretação podendo ser feita análise e a comparação de seus dados.

Portanto, conclui-se que a DVA é uma demonstração contábil que faz parte do balanço social, tendo força própria, pois contém informações que sozinhas são conclusivas e úteis. Os indicadores retirados dessa demonstração se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza, à disposição da contabilidade, evidenciando o seu compromisso no desenvolvimento social da comunidade onde esta inserida.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Cláudia Ferreira da. **Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades**: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro. Vol. VIII. Nº 34, out./dez. 2006, pp. 13-20.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm)> Acesso em: 18 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e Estende às Sociedades de Grande Porte Disposições Relativas à Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)> Acesso em : 18 abr. 2009.

BALANÇO SOCIAL. Legislação. Projeto de Lei Federal nº. 3116/97. **Cria O Balanço Social para as Empresas que Menciona e das Outras Providencias**. Disponível em : <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em 23 out. 2008.

CALIXTO, Laura. **Vinte Anos de Discussão Sobre o Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade, nº.155, set/out. 2005, pp. 23-35.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado**. Resolução CFC nº. 1138 de 21 de novembro de 2008. Disponível em : <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1138.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1138.htm)> Acesso em 08 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Altera o Item 3 da NBC T 3.7 - Demonstração Do Valor Adicionado**. Resolução CFC nº. 1162 de 27 de março de 2009. Disponível em : <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1162.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1162.htm)> Acesso em 08 ago. 2009

CONSENZA, Jose Paulo. **A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7 - 29, outubro/2003.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves Da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. **A Demonstração do Valor Adicionado Como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan./Abr. 2005.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**: Do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Flávio Smania *et al.* **Responsabilidade Social Corporativa no Processo Estratégico das Organizações**: uma abordagem Através do balanço social. VII Semead. Gestão Sócio Ambiental. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/>> Acesso em: 18 nov. 2008.

GOMES, Sônia Maria da Silva. **O Uso das Informações Contábeis Como um Instrumento Orientador das Negociações Trabalhistas no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentado a FEA/USP. São Paulo, 1998

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. : tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 24

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.  
IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Portal Ibase**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteúdo&pid=31/>>. Acesso em 16 abr de 2009.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Primeiros Passos da Metodologia Científica na Graduação**. Rolim de Moura/RO: D'press Editora & Gráfica Ltda-ME, 2008.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Contabilidade Social**. Disponível em : <[http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustentável%5CGestão%20dos%20Recursos%20Naturais/157\\_1\\_arquivo\\_csocial.pdf](http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustentável%5CGestão%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf)> Acesso em : 20 abr. 2009.

LIMA, Arievaldo Alves de. **Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em : <[http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Demonstracao%20do%20Valor%20Adicionado\\_M2\\_AR.pdf](http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Demonstracao%20do%20Valor%20Adicionado_M2_AR.pdf)> Acesso em : 10 de Agos. 2009

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores**. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanços Sociais**: Meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Ariovaldo dos. **DVA – Uma Demonstração Que Veio Para Ficar**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 38, p. 3 – 6, Maio/Ago. 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

TORRES, Ciro. **Um pouco da Historia do Balanço Social**. Balanço social. Histórico Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/>> Acesso em: 19 nov. 2008.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Fernanda Rosa da. **Balanço Social**: Instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro. Vol. X. Nº 39, jan./marc. 2008, pp. 36-45.

VILLAS, Marcio Martins. **Balanço Social**: Importante, mas não prioritário. Rio de Janeiro, Revista da comissão de valores mobiliários – CVM, pp. 40-41, 1998.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e Responsabilidade Social**: NBR 16.001/AS 8.000 : implantação e prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		

8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

## ANEXO B

### Modelo II – Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Intermediação financeira		
1.2) Prestação de serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
<b>2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
<b>4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>		
<b>5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		

<b>6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>		
<b>7 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
<b>8 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)</b>		
<b>9 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *</b>		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de capitais próprios		
9.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

## ANEXO C

### Modelo III – Demonstração do Valor Adicionado – SEGURADORAS

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		

1.1) Receitas com operações de seguro		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
<b>2 – VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>		
2.1) Operações de seguro		
2.2) Operações de previdência		
<b>3 – RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)</b>		
<b>4 – BENEFÍCIOS E SINISTROS</b>		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
<b>5 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
<b>6 – VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)</b>		
<b>7 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>8 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)</b>		
<b>9 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
<b>10 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)</b>		
<b>11 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *</b>		



11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de capitais próprios		
11.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 11 deve ser exatamente igual ao item 10.